

COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 4.700, DE 2019

Apensado: PL nº 4.281/2020

Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para Atenção Integral às Cardiopatias Congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autora: Deputada ALINE SLEUTJES

Relator: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.700, de 2019, propõe Diretrizes Nacionais para Atenção Integral às Cardiopatias Congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, incluindo: a disponibilização dos recursos necessários para realização de diagnóstico pré-natal e neonatal; elaboração de protocolos clínicos para aumentar a eficiência dos diagnósticos; e a criação de centros de referência para encaminhamento das crianças com cardiopatias congênitas.

A justificativa do projeto se fundamenta na magnitude do problema – uma vez que é a terceira maior causa de mortes no período neonatal (óbitos até 28 dias de vida) e a necessidade de garantir a atenção integral à criança com cardiopatia congênita.

Apensado encontra-se o PL nº 4.281, de 2020, que propõe a obrigatoriedade da realização do teste do coraçãozinho para diagnóstico de cardiopatias críticas; em razão da importância do diagnóstico precoce para o tratamento dessas crianças.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, despachada à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para análise da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de





Cidadania (CCJC), para análise dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As cardiopatias congênitas compreendem um grupo bastante heterogênio de alterações estruturais do coração.

Segundo o Ministério da Saúde, a cardiopatia congênita é a malformação congênita mais comum e ocorre em 1% dos recém-nascidos vivos, sendo responsável por cerca de 10% dos óbitos infantis (óbitos até 1 ano de vida)¹.

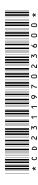
Ela pode variar desde uma comunicação interatrial, que é relativamente frequente, geralmente assintomática e com possibilidade de fechamento espontâneo; até cardiopatias congênitas críticas, que demandam intervenção cirúrgica ou percutânea (cateterismo) ainda no primeiro ano de vida, com elevadas taxas de mortalidade mesmo com tratamento cirúrgico, como por exemplo, a síndrome de hipoplasia do coração esquerdo.

As cardiopatias congênitas críticas acontecem em cerca de 0,1% a 0,2% dos recém-nascidos vivos e 30% dessas crianças recebem alta do berçário sem diagnóstico.

Catarino e colaboradores² realizaram um estudo sobre a ocorrência de casos de cardiopatia congênita em crianças menores de um ano de vida, no estado do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2010. Foram confrontados

² CATARINO, Camilla Ferreira et al. Registros de cardiopatia congênita em crianças menores de um ano nos sistemas de informações sobre nascimento, internação e óbito do estado do Rio de Janeiro, 2006-2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 535-543, set. 2017. Disponível em https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300535&Ing=pt&nrm=iso. acessos em 28 out. 2021. https://doi.org/10.5123/s1679-49742017000300011.





¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica nº 7/2018-CGSCAM/DAPES/SAS/MS Orientações para profissionais de saúde quanto à sistematização e padronização do teste de triagem neonatal para Cardiopatia Congênita Crítica (Teste do coraçãozinho). Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/12/SEI-MS-2937931-Nota-Tecnica.pdf.

os dados de Declaração de Nascido Vivo (que é o documento que o hospital emite para registrar a criança, onde deveria constar o diagnóstico de cardiopatia congênita ou qualquer outra malformação detectada na maternidade); dos registros de internação hospitalar no SUS; e da *causa mortis* registrada nas Declarações de Óbito de crianças nessa faixa etária. Foram encontrados 345 Declarações de Nascido Vivo com o diagnóstico de cardiopatia congênita, mas foram internadas 1.089 crianças com cardiopatia congênita e morreram 1.121 crianças em razão de cardiopatias congênitas. Obviamente que se morreram 1.121 crianças com cardiopatias congênitas – e essa cardiopatia, como o próprio nome diz, é "congênita", ou seja, já estava presente ao nascimento – e havia apenas 345 Declarações de Nascido Vivo com o diagnóstico, 776 casos de cardiopatia congênitas tão graves que levaram a óbito crianças ainda no primeiro ano de vida passaram despercebidas.

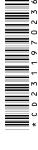
É preciso ressaltar ainda que além da maior mortalidade, o diagnóstico tardio está relacionado a maior numero de internações, mais dias de hospitalização e maior custo por pacientes.

Portanto, há a necessidade de aperfeiçoar a atual assistência prestada às crianças com cardiopatias congênitas, de forma a reduzir a mortalidade e melhorar a eficiência do Sistema Único de Saúde.

Face ao exposto, voto pela APROVAÇÃO do PL nº 4.700, de 2019, e do projeto de lei apensado – PL nº 4.281, de 2020 –, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

Sala da Comissão, em 19 de abril de 2023.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL Relator







COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.700, DE 2019

Apensado: PL nº 4.281/2020

Dispõe sobre as diretrizes nacionais para atenção integral às cardiopatias congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e torna obrigatório o "teste do coraçãozinho".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria as Diretrizes Nacionais para Atenção Integral às Cardiopatias Congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

Art. 2º A assistência à criança com cardiopatia congênita será prestada de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, e compreenderá todos os meios necessários para proporcionar resolutividade em todas as etapas do diagnóstico e tratamento, devendo incluir:

- disponibilização dos recursos necessários para assistência às crianças portadoras de cardiopatias congênitas, desde a realização de diagnóstico precoce até a oferta de tratamento e acompanhamento;
- II. formulação de diretriz para financiamento de tais recursos, incluindo estratégias para monitorar os recursos, avaliar e controlar o serviço;
- III. criação e implantação de linha de cuidado que compreenda o diagnóstico, transporte para centro de referência, tratamento e assistência/acompanhamento.
- IV. estabelecimento de rotinas para aumentar a eficiência dos diagnósticos – no período pré-natal e neonatal;





- V. criação de um cadastro/registro nacional das crianças nascidas com diagnóstico de cardiopatia congênita:
- a) do diagnóstico intra útero nos casos de diagnóstico por ecocardiograma fetal,
- b) do diagnóstico após o nascimento, a partir da triagem por Teste de oximetria de pulso e ecocardiograma do recém nascido, ou ainda em qualquer fase da vida da criança, jovem ou adulto;

Permitindo os encaminhamentos necessários – até mesmo ainda da gestante, conforme cardiopatia, gravidade e centro de referência.

- VI. criação de centros de referência para encaminhamento das crianças diagnosticadas com cardiopatias, permitindo:
- a) acesso desde a gestação do feto com cardiopatia congênita, oferecendo suporte para o parto;
- b) garantia do transporte seguro de recém-nascidos e crianças cardiopatas;
- c) Assistência cirúrgica ou hemodinâmica, conforme o tratamento adequado para o tipo de cardiopatia.
- VII. Estabelecimento de uma rede de referência e contrarreferência para garantir a continuidade dos cuidados terapêuticos até mesmo na vida adulta do cardiopata congênito;
- VIII. Estabelecimento de fluxo de assistência multidisciplinar, com atenção prestada por equipes multiprofissionais que inclui, mas não se esgota, nas intervenções cirúrgicas necessárias.
 - Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de abril de 2023..

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL Relator



